



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 9.358, DE 2017 **(Do Sr. Alex Canziani)**

Regulamenta as profissões de Consultor, Terapeuta e Assessor de Ayurveda.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-4884/2016.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurado o exercício profissional de Consultor, Terapeuta e Assessor de Ayurveda, observado o disposto na presente lei.

Art. 2º O Ayurveda é exercido privativamente pelo Consultor, Terapeuta e Assessor de Ayurveda, respeitados os respectivos graus de habilitação e competências.

Art. 3º O exercício da profissão de Consultor de Ayurveda é assegurado:

I – ao portador de diploma de bacharelado, em curso de Ayurveda com, no mínimo, carga de mil e seiscentas horas-aula, expedido por instituição brasileira de ensino superior;

II – ao portador de diploma de ensino superior em Ayurveda ou equivalente, expedido por instituição estrangeira, revalidado no Brasil na forma da lei;

III – ao profissional que, até a data de início da vigência desta lei, comprove, pelo menos, quatro anos de exercício de atividades próprias ao Ayurveda, nos termos a serem estabelecidos por órgão regulador competente, e consiga obter aprovação em avaliação a ser prestada perante banca de professores de Ayurveda.

Art. 4º O exercício da profissão de Terapeuta de Ayurveda é assegurado:

I – ao portador de certificado de Terapeuta de Ayurveda, com, no mínimo, carga de mil e duzentas horas-aula em Ayurveda, na forma dos incisos I e II do § 2º do art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do regulamento;

II – ao profissional que, até a data de início da vigência desta lei, comprove, pelo menos, quatro anos de exercício de atividades próprias ao Ayurveda, nos termos a serem estabelecidos por órgão regulador competente, e consiga obter aprovação em avaliação a ser prestada perante banca de professores de Ayurveda.

Art. 5º O exercício da profissão de Assessor de Ayurveda é assegurado:

I – ao portador de certificado de Assessor de Ayurveda, com, no mínimo, carga de quatrocentas horas-aula em Ayurveda ou equivalente, na forma dos

incisos I e II do § 2º do art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do regulamento;

II – ao profissional que, até a data de início da vigência desta lei, comprove, pelo menos, quatro anos de exercício de atividades próprias ao Ayurveda, nos termos a serem estabelecidos por órgão regulador competente, e consiga obter aprovação em avaliação a ser prestada perante banca de professores de Ayurveda.

Art. 6º As intervenções aplicadas pelos profissionais de Ayurveda compreendem, dentre outras, as seguintes práticas terapêuticas naturais, integrativas e complementares:

I – uso de preparados ayurvédicos e da fitoterapia ayurvédica;

II – yoga, meditação e tecnologias da consciência para saúde individual ou coletiva;

III – uso de sons;

IV – enfoques terapêuticos usando os cinco sentidos, tais como a aromaterapia, gemoterapia, terapia de luz com gemas, cromoterapia, bem como terapia da água e terapia da dança;

V – procedimentos de purificação fisiológica através de massagens e outras ações para eliminar as impurezas e toxinas profundamente enraizadas;

VI – diagnóstico do pulso para detecção precoce dos desequilíbrios;

VII – outros enfoques naturais de promoção da saúde, predição e neutralização de influências negativas na saúde, descritos pelos textos clássicos, incluindo desenho e localização das casas e prédios;

IX – reconhecimento do valor das tradições culturais, conhecimento indígena e medicinas tradicionais, e códigos de comportamento promotores de saúde como ensinado por todas as grandes religiões;

X – introdução aos outros sistemas de medicina, tais como Medicina Tradicional Chinesa, Homeopatia, Naturopatia, Osteopatia, Chiropracia, Medicina energética e da informação; e

XI – procedimentos para minimizar os efeitos do envelhecimento.

Art. 7º Compete ao Consultor de Ayurveda:

I – planejar, assistir, acompanhar, supervisionar, orientar, avaliar e aplicar as práticas terapêuticas do Ayurveda a comunidades ou indivíduos, inclusive em equipes multidisciplinares, observando-se os limites da atividade profissional; e

II – planejar, dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar atividades de ensino em curso de nível médio, técnico, de assessor e superior de disciplinas pertinentes à formação do Consultor, Terapeuta e Assessor de Ayurveda.

Art. 8º Compete ao Terapeuta de Ayurveda exercer a atividade de nível médio e intermediário, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho em Ayurveda em grau auxiliar e participação no planejamento da terapêutica em Ayurveda.

Art. 9º Compete ao Assessor de Ayurveda exercer a atividade de educador à população, ou junto ao médico ou profissional da saúde, ao Terapeuta de Ayurveda, ou ao Consultor de Ayurveda.

Art. 10. O certificado de extensão não habilita para o exercício do Ayurveda, salvo se forem profissionais da saúde ou tenham concluído algum dos cursos definidos nos artigos 3º, 4º e 5º.

Art. 11. É resguardado às demais profissões da saúde, inclusive as que vierem a ser regulamentadas, o uso das práticas integrativas e complementares conforme regulamentado por seus respectivos órgãos de fiscalização.

Art. 12. Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Ayurveda compreende holisticamente o binômio saúde/doença de forma sistêmica, utilizando-se de práticas e técnicas terapêuticas naturais, integrativas e complementares, com o desiderato de promover, manter e recuperar a saúde individual e coletiva.

A OMS reconhece e estimula práticas naturais nos sistemas de saúde, de forma integrada às técnicas modernas da medicina convencional, preconizando o desenvolvimento de políticas, observando alguns requisitos tais como: segurança, eficácia, qualidade e acesso.

Os profissionais de Ayurveda têm a capacidade para atuar com as práticas terapêuticas naturais, integrativas e complementares, tradicionais ou associadas aos novos avanços da ciência visando à promoção, manutenção e recuperação da saúde, contribuindo para estabelecer a melhoria das condições de

qualidade de vida e o equilíbrio do ser humano com o meio em que vive, além de promover, principalmente, o equilíbrio entre corpo, mente, relações sociais, emocionais e ambientais.

O exercício das profissões de Ayurveda envolve questão de saúde, o que justificaria, por si só, a respectiva regulamentação. Não se trata de aprovar uma legislação que atenda ao interesse de categorias profissionais, mas, sim, uma questão maior, que envolve o interesse público e atende às diretrizes das políticas públicas nacionais de atenção básica, de promoção da saúde e de práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde - SUS. O exercício profissional por pessoa despreparada poderá trazer sérios riscos à sociedade, exigindo-se, portanto, daqueles que pretendam exercitá-la, o cumprimento de requisitos específicos.

Os procedimentos e técnicas utilizados pelos profissionais de Ayurveda não envolvem a utilização de equipamentos sofisticados ou de alto custo, o que possibilita amplo acesso à população, tornando mais eficaz o disposto no art. 196 da Constituição Federal, proporcionando condições viáveis ao acesso universal e igualitário, que se constitui em direito de todos os cidadãos e dever do Estado.

Por todos os méritos desta proposição legislativa, esperamos contar com a necessária aprovação da matéria, não sem antes destacar seu mais elevado alcance social.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2017.

Deputado ALEX CANZIANI

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos,

fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

.....

CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL

.....

Seção II
Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

.....

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

TÍTULO V
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

.....

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 16/7/2008)

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.741, de 16/7/2008)*

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.741, de 16/7/2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - de educação profissional técnica de nível médio;

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.741, de 16/7/2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.741, de 16/7/2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
